

Limites do Risco

J unto à escalada sem precedentes do dólar, o país foi assaltado nas últimas 48 horas por uma onda de informações sobre o agravamento do quadro econômico. Na verdade, a situação não é confortável. Mas existe um plano capaz de colocar um mínimo de ordem na casa. A disparada do dólar no paralelo está mais ligada ao problema argentino do que ao brasileiro. O Plano Verão só não está funcionando plenamente porque o Brasil não quer.

Os problemas são hoje muito piores do que na década passada. Mas eram ainda mais graves antes do Plano Verão — que afastou o fantasma da hiperinflação que ameaçava a própria sobrevivência do quadro institucional. Um pouco de cabeça fria não fará mal agora aos atores da cena econômica. Algumas lideranças sindicais, como o secretário-geral da CUT, já estão refletindo sobre os riscos da escalada da onda de greves e nos seus efeitos sobre o ânimo da imensa maioria da população. Essa reflexão começa a balizar também as lideranças da Fiesp.

Nenhum plano econômico, por mais bem concebido, funcionará em uma sociedade onde campeia a falta de respeito geral aos direitos de terceiros. A sociedade precisa se conscientizar de que depende em grande parte dela mesma o sucesso de qualquer plano econômico. É premissa indispensável que o governo cumpra um mínimo a sua parte, cortando e controlando seus próprios gastos, para não mandar a conta de seus desperdícios para a sociedade. Mas se dentro da sociedade há determinados setores que não aceitam índices modestos de reajustes de preços ou de salários, com a solicitação de aumentos de preços de 40% a 50% e deflagração de greves para reposições de mais de 80%, evidentemente não se chegará ao controle da inflação.

Ao contrário, será agravado o conflito redistri-

butivo de renda dentro da sociedade. Os três choques econômicos do governo Sarney produziram drástica alteração na renda de cada setor da economia. No cruzado, avançaram os assalariados, apesar das críticas em contrário dos sindicatos. No Plano Bresser, o confisco do governo sobre o rendimento do capital, seguido do congelamento, estimulou os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores que confiavam na limitação do repasse aos preços. Na derrocada dos dois planos, os preços (que asseguram a remuneração de boa parte do capital) dispararam. O conflito se acirrou em 1988, porque o governo também não cortou seus gastos.

Veio o Plano Verão e promoveu novo confisco sobre o rendimento do capital, apropriando renda para o governo, o maior devedor da economia. O congelamento de preços e salários deixou trabalhadores e empresários descontentes, o que explica o conflito reivindicatório de salários e preços de ambas as partes. Os trabalhadores querem ganhar fatias no bolo da renda nacional confiando na proibição dos repasses aos preços. Tudo poderia ser resolvido se o governo não tivesse sido forçado a manter altas por muito tempo as taxas de juros, transferindo novamente renda aos investidores, às empresas capitalizadas e ao mercado financeiro. Isto ocorreu devido à demora do desalinhamento de preços e salários defasados (para tornar a congelar).

Tudo isso configura um quadro de acirrado conflito redistributivo da renda nacional. O problema é que partem do setor governo motivos para realimentar esse conflito. De um lado, é o funcionalismo público que faz greve por reivindicações absurdamente exageradas; de outro, as demandas disparatadas de reajustes de preços e insumos básicos por parte das empresas estatais.

11 MAI 1989

11 MAI 1989